

DÖHLER S.A.
Rua Arno Waldemar Döhler, 145, CEP 89219-902, Joinville/ SC
Companhia Aberta (Código CVM nr. 520-7)
CNPJ 84.683.408/0001-03
NIRE 42 3 0000515-1

Senhores Acionistas,

Vimos através desta apresentar a Proposta da Administração (“Proposta da Administração”) com informações relevantes às deliberações prevista para Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“AGO”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 09hs.

A Proposta da Administração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião do dia 25/03/2022, seguindo o conteúdo indicado nas Instruções CVM nºs 480/2009 e 481/2009.

Assim, a Proposta da Administração apresenta o seguinte conteúdo:

- I. **Comentários da Diretoria;**

- II. **Remuneração dos Administradores; e**

- III. **Proposta da Destinação do Lucro Líquido;**

Joinville/SC, 25 de março de 2022

Cesar Döhler
Diretor de Relações com Investidores

I. Comentários da Diretoria

ANEXO 24 – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

- A Diretoria considera as condições financeiras e patrimoniais adequadas para atender todos os compromissos da Companhia de curto, médio e longo prazo. Embora os efeitos da Covid-19 e a inflação elevada de custos tiveram impactos adversos, foram adequadamente absorvidos.

b) Estrutura de capital:

- Para a Diretoria, a estrutura de capital é adequada para atender as necessidades da Companhia.
 - i. hipóteses de resgate:
 - Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
 - Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

- A Diretoria considera que a companhia dispõe de recursos suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

- Para fazer face às necessidades de pesquisa, inovação, modernização e ampliação de seu parque fabril, a Companhia contratou financiamentos junto à FINEP e para investimentos em imobilizado (BNDES, Finimp e Fornecedores), e financiamento de Capital de Giro para reforçar os recursos na compra de insumos, financiamentos estes como demonstrados no anexo II – 10.1 f.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

- A Diretoria considera suficientes os seus recursos disponíveis para atender as necessidades de capital de giro e nos demais investimentos em ativos não-circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
- II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- III. grau de subordinação entre as dívidas;

- IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Circulante - (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2021	2020	2019
ACC	3,25% à 3,38% + VC	-	7	19
Financ. Imobilizado	3,262%	2.092	-	456
Financ. Capital de Giro	1,99% + 100% CDI	22.962	2.211	-
Finep	4,00%	1.916	1.931	2.024
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	9,808% a 10,277%	127	128	128
Bco do Brasil - FINIMP	Euro + 3,60 a.a	5.694	3.160	2.245
Total - Circulante		32.791	7.437	4.872

Não Circulante - (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2021	2020	2019
Financ. Imobilizado	3,262%	7.601	-	-
Financ. Capital de Giro	1,99% + 100% CDI	-	22.800	-
Finep	4,00%	147	1.773	3.167
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	9,808% a 10,277%	211	308	397
Bco do Brasil - FINIMP	Euro + 3,60 a.a	4.172	5.057	5.791
Total - Não Circulante		12.131	29.938	9.355
Total - Geral		44.922	37.375	14.227

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

- A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Contas do Demonstrativo De Resultado Consolidado (Em Milhares De Reais)

Receita Operacional Bruta	2021	2020	2019
Vendas Mercado Interno	761.911	599.776	568.956
Vendas Mercado Externo	59.135	37.322	39.566
TOTAL	821.046	637.098	608.522
Devoluções e Impostos	-146.706	-114.279	-107.953
Receita Operacional Líquida	674.340	522.819	500.569
Custo Produtos Vendidos	-469.841	-380.262	-390.381
Lucro Operacional Bruto	204.499	142.557	110.188

- A alavancagem do resultado nos últimos três anos é decorrente dos investimentos realizados para ampliação e modernização da capacidade produtiva da companhia, o que permitiu a otimização dos custos operacionais.

Contas de Ativo e Passivo (Em Milhares De Reais)

Período	2021	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	40.274	97.287	63.050
Clientes	131.740	132.534	132.378
Estoques	225.397	125.512	114.872
Imobilizado	401.117	304.819	301.703
Financiamentos	44.922	37.375	14.227

- O crescimento dos estoques, resulta do desaquecimento da economia no último trimestre de 2021 e, bem assim, da inflação de custos.

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos de cama, mesa, banho, decoração e de tecidos técnicos. Nos mercados internos e de exportação, abrangendo linhas para o consumidor final, rede hoteleira e hospitalar e tecidos para roupas profissionais.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- A recuperação dos níveis de produção e melhoria de preços, foram os fatores nucleares de otimização do resultado operacional.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

- As variações estão relacionadas ao maior valor agregado da manufatura.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

- Não ocorreu nenhum impacto relevante.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

- Não ocorreram eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/10/2021, aprovou a Incorporação da Controlada Comfio – Companhia Catarinense de Fiação pela Döhler S.A., sem aumento de capital social da Incorporadora, na medida em que era a única acionista da incorporada e, portanto, não houve emissão de novas ações.

c) eventos ou operações não usuais:

- Não ocorreram eventos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

Nos exercícios financeiros do período, as demonstrações financeiras da companhia atenderam as disposições da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e bem assim aos pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os efeitos significativos foram registrados no exercício de 2010, decorrentes da recomendação do CPC 27 (ICPC 10) que impactaram sobre a vida útil do imobilizado e do valor patrimonial da empresa.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Foram emitidos sem ressalvas.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

- Atendem as alterações relacionadas as leis 11.638/07 e 11.941/09.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
 - iv. contratos de construção não terminada;
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
- Não ocorreram.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

- Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

b. natureza e o propósito da operação;

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

- Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:
 - Os investimentos em andamento e previstos para Döhler no exercício, foram orçados em R\$ 62.260.000 e distribuídos conforme segue:

• Maquinas e Equipamentos	R\$ 43.050.000
• Edificações e Instalações	R\$ 9.210.000
• Informática	R\$ 10.000.000

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

- Os investimentos serão realizados com recursos próprios da Companhia no valor de R\$ 10.510.000 e com recursos de terceiros no valor de R\$ 51.750.000.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

- Não estão sendo considerados.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

- Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

- Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

- Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.

III. Remuneração dos Administradores

ANEXO 24 – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

- A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do Conselho de Administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. A remuneração de cada membro do Conselho Fiscal corresponde a 10%, da atribuída ao diretor presidente, conforme deliberação do Conselho de Administração.

b) Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
 - A remuneração dos Diretores e dos Membros do Conselho de Administração é composta de um único elemento, em forma de pró-labore.
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;
 - Trata-se de elemento único, em forma de pró-labore.
- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
 - Os valores globais e elementos de remuneração são definidos pelo Conselho de Administração e deliberados na AGO.
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração:
 - Trata-se de composição única.
- v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
 - Não há.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

- Não aplicável.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

- Não aplicável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

- Acompanha a remuneração do mercado para o setor.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

- Não existe.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

- Não existe.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

- Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

- Análise das políticas e práticas exercidas por demais empresas do segmento de atuação da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

- Anual.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL - PRÓ-LABORE	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL/ BASEADA EM AÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS
2019	Diretoria.	5	5	3.063 mil	Não possuem
	Conselho de Administração	6	6	816 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	236 mil	
2020	Diretoria.	5	5	3.199 mil	
	Conselho de Administração	6	6	853 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	246 mil	
2021	Diretoria.	5	5	4.336 mil	
	Conselho de Administração	6	6	1.430 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	260 mil	
2022	Diretoria.	5	5	4.796 mil	
	Conselho de Administração	6	6	1.582 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	288 mil	

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- Não se aplica.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

- Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

31/12/2021	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%
Conselho de Administração	28.236.041	51,84	6.825.674	32,23
Diretoria	12.983.437	23,84	2.888.794	13,64
Conselho Fiscal	0	0,00	79.700	0,38
Outros	13.248.342	24,32	11.383.297	53,75
Total	54.467.820	100,00	21.177.465	100,00

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- A companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, o respectivo valor da remuneração:

Valores mensais em R\$ (Reais)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Nº de membros	5	5	5	6	6	6	3	3	3
Nº de Membros remunerados	5	5	5	6	6	6	3	3	3
Valor da maior remuneração	72.274,69	68.422,50	59.540,00	72.274,69	22.207,00	22.210,00	7.227,00	6.842,25	6.840,00
Valor da menor remuneração	72.274,69	46.214,00	46.214,00	9.383,28	8.883,16	8.890,00	7.227,00	6.842,25	6.840,00
Valor médio da remuneração	72.274,69	53.321,12	53.300,00	19.865,00	14.213,06	14.200,00	7.227,00	6.842,25	6.840,00

Observação:

Nos períodos acima informados, o Diretor Presidente acumula cargo de Conselheiro da Administração.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

- Não se aplica.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- Não se aplica.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

- Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

- Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

- As informações supracitadas são as que a Companhia considera relevantes.

IV. Proposta da Destinação do Lucro Líquido

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- O Lucro Líquido do Exercício 2021 da Companhia corresponde a R\$ 77.349.392,66 (setenta e sete milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Valor Bruto p/ Ação	Valor Líquido p/ Ação	Montante Global Bruto	Montante Global Líquido
Juros s/Capital Próprio ON	0,16600	0,14110	9.041.658,12	7.685.412,54
Juros s/Capital Próprio PN	0,18260	0,15521	3.867.005,11	3.366.624,07
Total – Juros s/Capital Próprio	-	-	12.908.663,23	11.052.036,61
Dividendos ON	0,12000	0,12000	6.536.138,40	6.536.138,40
Dividendos PN	0,13200	0,13200	2.795.425,38	2.795.425,38
Total – Dividendos	-	-	9.331.563,78	9.331.563,78
Total – Juros s/Capital Próprio + Dividendos			22.240.227,01	20.383.600,39

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 26,35% (% de dividendos líquidos)

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados;

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Descrição	Valor Bruto p/ Ação	Valor Líquido p/ Ação	Montante Global Bruto	Montante Global Líquido
Juros s/Capital Próprio ON	0,16600	0,14110	9.041.658,12	7.685.412,54
Juros s/Capital Próprio PN	0,18260	0,15521	3.867.005,11	3.366.624,07
Total – Juros s/Capital Próprio	-	-	12.908.663,23	11.052.036,61
Dividendos ON	0,12000	0,12000	6.536.138,40	6.536.138,40
Dividendos PN	0,13200	0,13200	2.795.425,38	2.795.425,38
Total – Dividendos	-	-	9.331.563,78	9.331.563,78
Total – Juros s/Capital Próprio + Dividendos			22.240.227,01	20.383.600,39

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

- O Pagamento é feito da seguinte forma:
 - Pelo Agente Escriturador (Bradesco S/A), via crédito em conta bancária indicadas por cada acionista, sendo que aos que não indicarem a respectiva conta, o valor ficará disponível para levantamento em caixa.
- O prazo de pagamento será definido na AGO.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

- Não há previsão de incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

- A data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será definida na AGO.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores;

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

	Valor Bruto p/ Ação	Valor Líquido p/ Ação	Montante Global Bruto	Montante Global Líquido
JCP 1º semestre/2021				
<i>Juros s/ Capital Próprio p/Ação Ordinária</i>	0,0800	0,06800	4.357.425,60	3.703.813,27
<i>Juros s/ Capital Próprio p/Ação Preferenciais</i>	0,0880	0,07480	1.863.616,92	1.604.201,41
Somas 1º semestre/2021			6.221.042,52	5.308.014,68
JCP 3º trimestre/2021				
<i>Juros s/ Capital Próprio p/Ação Ordinária</i>	0,0860	0,07310	4.684.232,52	3.981.599,27
<i>Juros s/ Capital Próprio p/Ação Preferenciais</i>	0,0946	0,08041	2.003.388,19	1.762.422,66
Somas 3º trimestre/2021			6.687.620,71	5.744.021,93
Dividendos Complementares 2021				
<i>Dividendos Complementares p/Ações Ordinárias</i>	0,1200	0,12000	6.536.138,40	6.536.138,40
<i>Dividendos Complementares p/Ações Preferenciais</i>	0,1320	0,13200	2.795.425,38	2.795.425,38
Somas Complemento Dividendos			9.331.563,78	9.331.563,78
TOTAL DIVIDENDOS 2021			22.240.227,01	20.383.600,39

b. Informar a data dos respectivos pagamentos:

- A data dos respectivos pagamentos será definida na AGO.

7. Tabela comparativa indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração		
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Total
2018	49.571.035,33	ON	8.714.851,20	12.442.085,04
		PN	3.727.233,84	
2019	31.867.280,58	ON	5.664.653,28	8.087.335,28
		PN	2.422.702,00	
2020	84.015.719,46	ON	16.503.749,46	23.562.198,54
		PN	7.058.449,08	
2021(*)	77.349.392,66	ON	15.577.796,52	22.240.227,01
		PN	6.662.430,49	

(*) Proposta da Administração a ser submetida a AGO de 29.04.2022.

8. Destinação de lucros à Reserva Legal;

- a) Montante destinado à reserva legal R\$ 2.417.320,31 (dois milhões, quatrocentos e dezessete mil, trezentos e vinte reais e trinta e um centavos);

- b) A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício após a diminuição da Reserva de Subvenção para Investimentos, sendo que o valor total após a constituição de tal reserva alcançou 12,79% do capital social, não superando os 20% correspondentes ao limite legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos;

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

- A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório;

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

- O Estatuto prevê o seguinte dividendo obrigatório: “art. 35, Parágrafo 4º, item c) 25%(vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos”, e assegurados aos acionista preferenciais o que consta no “art. 5º, paragrafo 2º, item b) *Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.*”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

- O dividendo obrigatório estará sendo pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	77.349.392,66
(-) Subvenção para Investimentos	-29.002.986,50
(=) Lucro Base para Reserva Legal	48.346.406,16
5% Reserva Legal	-2.417.320,31
Lucro Líquido do Exercício	77.349.392,66
(-) Reserva Legal	-2.417.320,31
(=) Lucro Base para os Dividendos	74.932.072,35

Dividendos/Juros sobre capital próprio Propostos (bruto)	22.240.227,01
(-) IRRF	-1.856.626,62
Dividendos/Juros sobre capital próprio Propostos (Líquido)	20.383.600,39

- Percentual de dividendos sobre a base de distribuição: 27,20% (% de dividendos líquidos)

c. Informar o montante eventualmente retido:

- Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia;

a. Informar o montante da retenção:

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

c. Justificar a retenção dos dividendos:

- Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências;

a. Identificar o montante destinado à reserva:

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa:

c. Explicar porque a perda foi considerada provável:

d. Justificar a constituição da reserva

- Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar;

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

- Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias;

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

- O Estatuto prevê a seguinte reserva Estatutária: “art. 35, parágrafo 4º, item d) O saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” será destinado para uma Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. Esta reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social”.

b. Identificar o montante destinado à reserva:

- Montante destinado à reserva estatutária (Reserva para Investimentos): R\$ 27.962.020,84 (vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil, vinte reais e oitenta e quatro centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

- O montante de R\$ 27.962.020,84 (vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil, vinte reais e oitenta e quatro centavos) foi calculado da seguinte forma:

	Valores em R\$
Lucro Líquido do Exercício	77.349.392,66
(-) Subvenção para Investimentos	-29.002.986,50
(-) Reserva Legal	-2.417.320,31
(-) Dividendos	-22.240.227,01
(+) Realização Custo Atribuído ao Imobilizado	4.273.162,00
Saldo	27.962.020,84

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital;

a. Identificar o montante da retenção:

Subvenção para Investimentos	29.002.986,50
Reserva para Investimentos	27.962.020,84
Total Montante da Retenção	56.965.007,34

b. Fornecer cópia do orçamento de capital:

APLICAÇÕES	Valores em R\$
Máquinas e Equipamentos	43.050.000,00
Edificações e Instalações	9.210.000,00
Informática	10.000.000,00
Total	62.260.000,00

FONTES DE RECURSOS	Valores em R\$
Próprios (Reserva de Lucros)	10.510.000,00
Terceiros	51.750.000,00
Total	62.260.000,00

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais;

a. Informar o montante destinado à reserva:

- O montante destinado à reserva de subvenção para investimentos é de R\$ 29.002.986,50 (vinte e nove milhões, dois mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

b. Explicar a natureza da destinação:

- A Reserva de Incentivo Fiscal decorre de Crédito Presumido do ICMS nas saídas de artigos têxteis, benefício previsto no art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01 que são consideradas subvenção para investimentos, respaldados pela Lei Complementar 160/2017, e seu valor correspondente compõe o orçamento de capital e está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril.